



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CURSO DE AGRONOMIA**

**AGRICULTURA FAMILIAR: ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS. UM
ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 24 DE ABRIL, ACARAPE-CE.**

MEIRIANE DE SOUSA PASTOR

**REDEÇÃO – CE
2018**

MEIRIANE DE SOUSA PASTOR

AGRICULTURA FAMILIAR: ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS. UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 24 DE ABRIL, ACARAPE-CE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Disciplina TCC II do curso de Agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito básico para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Torres Filho

Redenção – CE
2018

Pastor, Meiriane de Sousa. T643a

Agricultura Familiar: Atividades agrícolas e não agrícolas. Um estudo de caso no assentamento 24 de Abril, Acarape-CE / Meiriane de Sousa Pastor. - Redenção, 2018.

48f: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Agronomia, Instituto De Desenvolvimento Rural, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Torres Filho.

1. Desafios. 2. Lutas. 3. Agrcultores. 4. Desenvolvimento.

I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 631

MEIRIANE DE SOUSA PASTOR

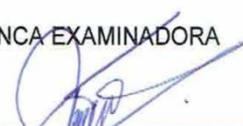
**AGRICULTURA FAMILIAR: ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS: UM
ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO 24 DE ABRIL, ACARAPE-CE.**

Monografia submetida ao curso de Agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Aprovada em: 30 / 05 / 2018

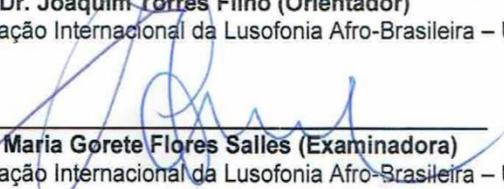
Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Joaquim Torres Filho (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Prof. Dra. Maria Gorete Flores Salles (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Prof. Dr. Ciro de Miranda Pinto (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Aos meus pais, Makleny e Antonio Pastor,
pelo apoio e incentivo.

Ao meu marido, Alexandre Fonseca, por
toda compreensão, e companheirismo em
todas as horas.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Deus Todo Poderoso.

Aos meus pais, em especial a minha irmã Meirilane e demais familiares, pelo incentivo e apoio incondicional.

Especialmente ao meu esposo Alexandre, companheiro de todas as horas, pelo total apoio compreensão, dedicação e paciência.

Ao Assentamento 24 de Abril na pessoa do senhor José Milton presidente da Associação dos Assentados, por me receber e apoiar minha pesquisa.

Ao professor Joaquim Torres Filho pela orientação deste trabalho de conclusão de curso.

Aos colegas de turma por sua companhia e apoio durante esses anos de caminhada juntos.

Ao querido professor Rodrigo Aleixo por seus ensinamentos e grandes contribuições para o curso de agronomia, e para minha vida profissional.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi realizar um estudo de caso no Assentamento 24 de abril, que fica localizado no município de Acarape-CE. As mudanças e transformações ocorridas no meio rural levaram os agricultores a adaptar-se a uma nova realidade, haja vista que com essas mudanças o crescimento das atividades não agrícolas realizadas por agricultores familiares vem sendo cada vez mais estudado. Tendo em vista tais mudanças, esse trabalho buscou a compreensão de como as atividades agrícolas e não agrícolas contribuem para o desenvolvimento do assentamento, de conhecer e identificar as lutas e desafios enfrentados pelos assentados em busca da sustentabilidade. Para tanto utilizou-se um questionário semiestruturado, contendo 25 (vinte e cinco) perguntas direcionadas a história de luta pela conquista da terra, quais os desafios enfrentados, como as atividades agrícolas e não agrícolas contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do assentamento, e como está o assentamento nos dias atuais. Os dados coletados foram analisados e colocados em Figuras com o intuito de obter-se um raio x do modo de viver dos moradores do assentamento. Com isso pode-se verificar que as mudanças ocorridas no meio rural têm modificado a forma de produzir dos agricultores, pois além de cultivar, complementam sua renda através das atividades não agrícolas, o que torna a propriedade e seus componentes pluriativos, assim melhorando a qualidade de vida dos assentados e ainda desenvolvendo economicamente o assentamento e incentivando a permanência das famílias no campo. Mesmo com essas atividades que o assentamento vem desenvolvendo, sabe-se que os agricultores enfrentam dificuldades e desafios, mas que de certa forma, buscam medidas para superá-los e continuam produzindo e buscando melhorias para suas famílias. Com base nos dados pode-se constatar que houve uma melhoria nas condições de trabalho e vida dos agricultores após a conquista da terra, mas também mostrou que, as políticas públicas como a de assistência técnica e financiamento para a produção estão deixando a desejar, bem como a assistência à saúde e educação. Mas pode-se observar que mesmo com as dificuldades enfrentadas o assentamento tem se desenvolvido ao longo dos anos através das atividades agrícolas e das não agrícolas como fonte de complementação de renda.

Palavras chave. Desenvolvimento, lutas, desafios, agricultores.

ABSTRACT

The objective of this work was to carry out a case study in the Settlement April 24, which is in the municipality of Acarape-CE. The changes and transformations that took place in rural areas led farmers to adapt to a new reality, given that with these changes the growth of non-agricultural activities carried out by family farmers has been increasingly studied. In view of such changes, this work aimed to understand how agricultural and non-agricultural activities contribute to the development of the settlement, to know and identify the struggles and challenges faced by the settlers in search of sustainability. A semi-structured questionnaire was used, containing 25 (twenty-five) questions directed to the history of the struggle for the conquest of the land, what challenges were faced, how agricultural and non-agricultural activities contributed and contributed to the settlement development, and how is the settlement nowadays? The collected data were analyzed and placed in graphs with the intention of obtaining an x-ray of the way of life of the residents of the settlement. By this one can be identified that the residents perform agricultural activities and complement the income through the non-agricultural activities, but that they would like that the settlement was better in relation to the production, and development, therefore there is work for all, and many look for work outside of the settlement to support the family. Based on the data, an improvement in the working and living conditions of farmers after the conquest of land can be observed, but it has also shown that public policies such as technical assistance and financing for production are lacking as well as health care and education. But even with the difficulties faced the settlement has developed over the years through agricultural and non-agricultural activities as a source of income supplementation.

Key words: Development, struggles, challenges, farmers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Luta para aquisição da terra.....	25
Figura 2 - Apoio para aquisição da terra	Erro! Indicador não definido. 7
Figura 3 - Condições após a conquista da terra	29
Figura 4 - Renda através das atividades agrícolas.....	31
Figura 5 - Agricultores que exercem atividades não agrícolas	32
Figura 6 - Importância das atividades agrícolas	34
Figura 7 - Importância das atividades não agrícolas	35
Figura 8 - Famílias que dispõem de financiamento para investir na terra	36
Figura 9 - De qual atividade a família obtem renda.....	38

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das respostas sobre como está o assentamento na visão do entrevistado e com gostaria que estivesse.	40
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS

FETRAECE Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará

INCRA Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ONU Organização das Nações Unidas

MST Movimento Sem Terra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	12
2.1 Geral.....	122
2.2 Específicos.....	122
3. REVISÃO DE LITERATURA	13
3.1 Agricultura familiar: aspectos gerais.....	Erro! Indicador não definido. 3
3.2 Pluriatividade.....	17
3.3 Sustentabilidade.....	Erro! Indicador não definido. 8
3.4 Assentamento de Reforma Agrária.....	18
3.5 O INCRA	Erro! Indicador não definido. 9
3.6 Movimento Sem Terra	20
3.7 Reforma Agrária	20
4. MATERIAL E MÉTODOS	22
4.1 Caracterização da área da pesquisa.....	22
4.2 Caracterização do questionário utilizado.....	22
4.3 Características dos entrevistados.....	23
4.4 Condução das entrevistas	23
4.5 Análise estatística.....	243
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6. CONCLUSÃO	42
7. REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

O meio rural em particular sofre em alguns momentos no que diz respeito a geração de trabalho e renda em função de intempéries climáticas e no Estado do Ceará não é diferente. Estiagens prolongadas como regra e alguns poucos anos de chuvas acima da média, tornam o meio rural instável quanto a geração de trabalho e renda. Nesse ponto, em algumas regiões, principalmente na expansão de regiões metropolitanas, cidades até então situadas no meio rural ou próximas aos grandes centros num raio de até 200km, fornecem mão de obra para atividades não agrícolas.

A história do Assentamento 24 de Abril começa no final do ano de 1996 quando agricultores, cansados de serem explorados pelo proprietário da terra, acamparam e lutaram para conseguir a posse dessa propriedade com a ajuda do INCRA. Após a conquista os agricultores passaram a produzir, mas com o passar dos anos e com a modernização do meio rural, as atividades realizadas no campo e o emprego direto nestas, tiveram uma queda e como resultado as atividades não agrícolas que já eram presentes na vida dos agricultores passaram a ter um papel mais importante, o de completar a renda familiar.

Os agricultores que residiam na fazenda que foi desapropriada, trabalhavam para o proprietário nos cultivos de cana-de-açúcar, e tinham um salário fixo com esse emprego, pois a cana-de-açúcar abastecia os engenhos do município e as empresas produtoras de aguardente da região. Com a divisão do terreno após a conquista da posse da terra, cada agricultor passou a produzir seu próprio alimento, o que não era suficiente para manter uma família inteira no campo, e como consequência disso muitos passaram a trabalhar fora do assentamento em outras atividades como construção civil, em confecções e até mesmo empregos públicos, enquanto algumas mulheres foram trabalhar como doméstica ou com venda de roupas dentro do assentamento, atividades que ainda são presentes até hoje.

Atividades dessa natureza movimentam o mercado local e complementam a renda dessas famílias, pois como muitos trabalham fora do assentamento e ganham salários fixos podem oferecer melhores condições de vida para sua família,

e utilizam parte desse salário para investir no seu pedaço de terra e assim poder plantar e colher na época certa.

O conhecimento mais aprofundado das relações e impactos causados pelas atividades agrícolas e a complementação da renda dos agricultores através das atividades não agrícolas, é de grande importância para poder entender as mudanças sofridas no meio rural, e com isso avaliar os avanços que os assentados tiveram depois da obtenção da posse da propriedade. Assim também vale salientar os desafios enfrentados por estes na busca pela sustentabilidade, pois com a falta de incentivos por parte dos governantes e de políticas públicas mal distribuídas, os agricultores passaram a produzir menos, pois como já foi citado, usavam parte do que ganhavam em outras atividades para investir na terra.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi investigar e conhecer os avanços alcançados pelos assentados tanto em relação as atividades agrícolas como as não agrícolas, e como estas têm contribuído para a sustentabilidade das famílias no meio rural, fazendo uma análise da importância em relação à renda obtida através exploração agrícola e o complemento dessa renda, com as atividades não agrícolas realizadas dentro ou fora do assentamento.

A importância de um estudo como esse é conhecer como as mudanças acontecidas no meio rural tem afetado os agricultores em relação as atividades agrícolas e conhecer como as atividades não agrícolas tem contribuído para a complementação da renda familiar e para o desenvolvimento social e econômico do assentamento, contribuindo também para a permanência dos agricultores no campo.

Tendo em vista a importância das atividades exercidas no meio rural brasileiro e em particular no Estado do Ceará, e os poucos trabalhos nessa área, espera-se com o presente dar uma contribuição para entender melhor a luta dos que fazem o Assentamento 24 de Abril.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Realizar um estudo de caso sobre o assentamento 24 de abril, suas lutas, seus desafios e focar as atividades agrícolas e não agrícolas e suas contribuições no desenvolvimento e sustentabilidade de seus moradores.

2.2 Específicos

Entender como as atividades agrícolas contribuíram para o desenvolvimento e sustentabilidade dos agricultores e de suas famílias;

Conhecer a importância das atividades não agrícolas para a melhoria de renda para os agricultores e suas famílias;

Identificar os avanços que a comunidade teve ao longo dos anos e os desafios enfrentados em busca da sustentabilidade.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Agricultura familiar: aspectos gerais

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se à três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2013).

Agricultura familiar é assim denominada, pois toda mão de obra para os trabalhos tem origem familiar, assim como, toda renda obtida seja através das atividades agrícolas e não agrícolas é para a manutenção da família. A agricultura familiar é uma atividade desenvolvida em uma empresa rural, e caracteriza-se pela administração de uma propriedade por uma família que também desempenha o papel de empregado, ou seja, é a mão-de-obra utilizada na empresa, além disso esta propriedade sustenta a família com o resultado de sua produção (SIMÕES, 2008).

Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “propriedade familiar : o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais. (TINOCO, 2015).

A agricultura familiar tem sido fonte de muitas pesquisas nos últimos anos, devido a sua grande importância, seja devido a geração de trabalho, manutenção do homem e sua família no meio rural, sem se falar no desenvolvimento econômico e social. Apesar das mudanças e transformações ocorridas no meio rural, os agricultores buscaram formas de adaptar-se as essas transformações, e uma delas foi o crescimento das atividades não agrícolas como forma de complementação de

renda para a família.

Sabe-se que no segmento agrícola, a modernização tecnológica impera e para agricultura familiar restariam as tecnologias sociais, pois o aspecto de subsistência como se falava até a década passada, impedia de os agricultores aferirem uma renda melhor e desse modo, passaram a buscar por alternativas para complementação de renda e é justamente nesse ponto que surgem as atividades não agrícolas. Em ambos os casos, o processo proporciona aos agricultores uma permanência, ainda que precária, no campo (SILVA *et al*, 2010).

A bem da verdade, as atividades não agrícolas sempre existiram, mas com o progresso da agricultura e sua modernização, máquinas substituem mão de obra e o agricultor se vê obrigado a buscar novas alternativas de obtenção de renda como falado anteriormente, ou a se qualificar para melhorar sua empregabilidade.

Com a resistência às mudanças no meio rural ou com adaptações a elas, os pequenos produtores lutam para permanecer no campo, e uma dessas adaptações é o implemento da complementação de renda através das atividades não agrícolas, o que torna as famílias pluriativas dentro do contexto onde estão inseridas, buscando melhorar a qualidade de vida.

3.2 Pluriatividade

Normalmente no meio rural e em particular na agricultura familiar, o que predomina é a ação meramente individualista do agricultor em detrimento de uma ação de cunho coletivo.

[...] a definição de pluriatividade como sendo atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercidas por um ou mais membros de um grupo doméstico. Agricultores que tradicionalmente já exerciam suas atividades junto à família, passaram a fazê-la, então, como uma nova estratégia de sobrevivência e permanência em suas terras. (CANDIDA *et al.*, 2010).

Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à

agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHINEIDER, 2003).

Com isso as famílias rurais buscam alternativas para se manter no campo, mas vivendo de forma sustentável, onde unem atividades agrícolas e não agrícolas, estas como uma forma de complementar a renda familiar e no caso do Estado do Ceará que possui sua área em quase 90% de semiárido, se constitui uma forma até de sobreviver em épocas de estiagem, como foi o caso dos últimos sete anos. Essa nova forma de conformidade familiar é chamada de pluriatividade pois as famílias exercem concomitantemente um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas.

A pluriatividade nada mais é do que a diversificação das atividades rentáveis do negócio. É através dela que os membros das famílias de agricultores, que residem no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (PIRES *et al*; 2013).

Sabe-se que o meio rural vem passando por mudanças ao longo do tempo, desde antes da Revolução Verde que foi um marco na agricultura, e essas mudanças não atingiram apenas grandes produtores, mas também refletiu para as unidades familiares, que deixaram de ser apenas produtores agrícolas e passaram a ser unidades familiares pluriativas.

Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. (SCHINEIDER, 2003). Esta é uma realidade constatada hoje no meio rural de tal sorte que a mulher com a ausência do chefe da família, que foi buscar complementação de renda em atividades não agrícolas, passa a atuar mais fortemente na linha de frente da produção agrícola da propriedade.

Esse tipo de atividade tem se tornado cada vez mais frequente, haja vista que os agricultores não querem deixar de produzir nem abandonar o campo, assim buscam adaptações para se inserir nessa nova forma de viver no meio rural, buscando assim ser pluriativos, seja dentro da propriedade rural ou fora dela.

No entanto, para melhor entender o grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural, principalmente nos anos 80 e 90, é necessária a inclusão de outros fatores explicativos, os quais se relacionam com a crise na agricultura, com as novas funções do meio rural e a emergência de novos atores rurais, com as mudanças nas famílias rurais e nas explorações agropecuárias e com as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural (BALSADI, 2001).

As mudanças verificadas nas últimas duas décadas com um incremento cada vez maior da tecnologia na vida das pessoas e no meio produtivo, fez com que a demanda por mão de obra barata, principalmente para atividades que exigiam menos conhecimento, estivesse em alta e atraindo cada vez mais agricultores, os quais de segunda-feira até sexta-feira ficavam nas cidades e nos finais de semana na sua propriedade no meio rural. Após essas mudanças houve um grande crescimento das atividades não agrícolas nas unidades familiares, como forma de complementação da renda familiar. Esse tipo de propriedade familiar pluriativa tem sido cada vez mais comum nos últimos 15 anos.

[...] E como parte dessas mudanças está a atividade não agrícola no meio rural que vem se configurando como um meio de desenvolvimento social e econômico para as famílias, com o objetivo de ampliar o orçamento doméstico a partir de outras atividades que não dependam exclusivamente do campo (JESUS, *et al.*, 2011). Como mencionado anteriormente, estas atividades sempre existiram, mas nos dias atuais, elas têm tido um avanço significativo na composição da renda familiar no meio rural.

As atividades não agrícolas, não são apenas uma forma de complementação de renda, mas também um incentivo para as famílias permanecerem no campo, pois os jovens que muitas vezes procuram trabalho fora do meio rural e não retornam para o campo, pois não possuem perspectiva de trabalhar na agricultura. Assim podem encontrar nessa forma de trabalho um incentivo para continuar no campo e não viver unicamente da agricultura, mas unir atividades agrícolas e não agrícolas, para a manutenção da família.

Para Fialho, (2000), na agricultura familiar, a combinação entre mão de obra familiar agrícola e não agrícola está estritamente relacionada a manutenção do estabelecimento agrícola, ou seja, assegurar a reprodução socioeconômica. Esta é uma verdade que se observa praticamente em todo o segmento rural, mesmo

aqueles mais distantes dos grandes centros. A propósito, existe também um problema social grande, pois os filhos dos agricultores nordestinos e em particular, cearenses não desejam ganhar a vida no meio rural, pois o tipo de agricultura praticado em que o excedente muitas vezes é vendido ao atravessador, apenas mantém o trabalhador rural como um escravo de um processo de comercialização contraproducente.

Mas as famílias que vivem no campo e trabalham com atividades agrícolas e não agrícolas precisam de incentivos para continuar, pois sabe-se que para trabalhar dessa forma, mesmo que toda mão de obra seja familiar, necessita de implementos e recursos para investir na terra e melhorar a produção é isso que falta para muitas famílias que vivem no campo. Esse é um fato costumeiramente observado no relato das famílias no meio rural nordestino e em particular no Ceará.

Algumas vezes a atividade agrícola familiar torna-se pluriativa quando o resultado dos rendimentos da propriedade não são suficientes para a manutenção da família ou da propriedade (SIMÕES, *et al.*, 2008).

No caso específico do Estado do Ceará, a agricultura familiar ainda é bastante representativa na economia e particularmente no lado socioeconômico. Esta caracteriza-se por produzir alimentos, gerar empregos e garantir o sustento de todo o sistema vivo da Terra. A rede de interações tende a crescer, pois o aumento populacional e o uso dos recursos naturais são cada vez mais o indicativo que é necessário lutar pela sustentabilidade (AGUIAR, 2011).

3.3 Sustentabilidade

O termo sustentabilidade tem vários significados ou definições e dependendo do contexto onde ele está sendo aplicado, temos a sustentabilidade ambiental que onde se fala que é necessário para preservar o meio ambiente. Por sua vez, a sustentabilidade econômica visa uma forma de garantir o desenvolvimento econômico buscando diminuir os impactos ambientais e a qualidade de vida das pessoas na sociedade.

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX (BARBOSA, 2011).

Com a análise da temática acerca do desenvolvimento sustentável e a discussão sobre sustentabilidade como desafio ao setor agrícola, compreende-se que é necessário contribuir e promover o amparo ao produtor, quanto a técnicas de gestão da propriedade e dos recursos recebidos através do crédito rural. Assim, a agricultura familiar poderá oferecer oportunidades de melhorias as suas atuais condições (AGUIAR, 2011).

A sustentabilidade da agricultura familiar acontece quando a família se mantém na terra através das gerações futuras. Para isso, faz-se necessário a adoção de estratégias que venham promover a sobrevivência da família durante muito tempo na terra (SIMÕES, 2008).

3.4 Assentamento de Reforma Agrária

Desejar possuir suas próprias terras sempre foi o sonho da maioria dos agricultores e nesse ponto, as políticas brasileiras voltadas para Reforma Agrária são lentas e não atendem a forte demanda existente, se perdendo na burocracia e lentidão do Governo em decidir a liberação da posse das terras e conseqüentemente a sua distribuição.

As pessoas que recebem o título da terra e se tornam proprietários, podem assim construir suas moradias e trabalhar no meio rural em seu próprio negócio agrícola. Os assentamentos muitas vezes possuem associações, cooperativas, e através delas todos trabalham dentro do assentamento, e conseguem projetos para desenvolver e melhorar a produção.

A luta pela terra através das ocupações e a conseqüente criação de assentamentos rurais é uma forma de recriação do campesinato, o que pode ocorrer também através de arrendamento, meação, parceria ou compra da terra. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela

conquista da terra (GIRARDI, 2008).

Lutar e conseguir a posse da terra é realmente um desafio árduo que gera muito desperdício de tempo e energia para os agricultores e suas famílias.

“Basicamente, o assentamento federal é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece” (INCRA, 2015).

3.5 O INCRA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é uma organização voltada para promover a Reforma Agrária de maneira justa, onde a distribuição de terra é feita para as famílias que não possuem terra própria e participam de movimentos sociais como o MST (Movimento dos Sem Terra) entre outros movimentos ligados ao INCRA. Essa é uma das várias missões que são executadas pelo INCRA voltadas para a reforma agraria.

O INCRA é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais (INCRA, 2011).

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País (INCRA, 2011).

3.6 MST

O processo de organização dos trabalhadores rurais no Brasil culminou com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro (CALDART, 2001).

O MST, busca garantir os direitos sociais, um deles é o direito a terra para todos. O movimento acompanha as famílias mesmo depois da conquista da terra, pois muitas vezes as propriedades que foram conquistadas não têm estruturas como, saneamento, luz elétrica entre outros direitos básicos, e atua para que essas famílias consigam todos esses direitos.

Gestado a partir de 1979 e formalizado a partir de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu com forte influência e apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), firmou-se ao longo de seus quase trinta anos de existência como o mais duradouro movimento social de luta pela terra em nosso país (MEDEIROS, 2013).

3.7 Reforma Agrária

A Reforma Agrária sempre foi uma política que caminhou e caminha a passos lentos no Brasil, desde seus primórdios.

Sob a perspectiva do pensamento reformista que vigorava nos anos de 1950 e 1960, a Reforma Agrária era concebida como um movimento global de transformação da sociedade visando três objetivos: a democratização política por meio da ruptura do poder político tradicional, a redistribuição da riqueza e da renda e a formação do mercado interno. No entanto, a modernização conservadora da agricultura desativou o significado clássico da Reforma Agrária, uma vez que a terra e a riqueza continuaram concentradas em prol dos setores agrários tradicionais e dos novos interesses agroindustriais (LEITE e AVILA, 2007).

A Reforma Agrária busca medidas voltadas para a distribuição das terras

bem como a justiça social, porém decisões nesta esfera dependem de vontade política e como se trata sempre de um assunto delicado, muito pouco são os avanços alcançados

Um programa sério de Reforma Agrária teria que contemplar um processo de seleção justo, além de dar o apoio logístico necessário, porque somente distribuir a terra não atende aos anseios e necessidades dos agricultores. Assim, a Reforma Agrária possui efetivamente alcance social, uma vez que possibilita ao campesinato o acesso à terra que é seu principal instrumento de trabalho, trazendo melhores condições de vida à pessoas que estão em situação de miséria (CARVALHO, 2013).

Um dos grandes entraves sobre a distribuição de terras no Brasil, é que esta é na maioria das vezes entendida como uma simples doação de áreas para agricultura e pecuária.

Não se deve, entretanto, entender Reforma Agrária apenas como uma mera distribuição de lotes, que é o que geralmente acontece, mas sim como uma mudança radical na estrutura política e social do campo, sobre o qual o pequeno agricultor tenha autonomia e consiga diminuir a influência dos grandes latifundiários, que, muitas vezes, apresentam-se como lideranças políticas das comunidades (CARVALHO, 2010).

A bem da verdade, é necessário vontade política para fazer um trabalho sério e que seja modelo de organização para agricultura familiar. Há que se construir um projeto que liberte o agricultor familiar para os direitos e necessidade na condição de cidadão, por intermédio da elaboração de uma matriz tecnológica, ética, transparente e comprometida com o saber e com a realidade da unidade de produção familiar, com suas relações sociais, de produção e representatividade, para que o resultado seja a sustentabilidade no mundo rural e urbano (AGUIAR, 2011).

4. MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração desse trabalho, foram necessárias visitas preliminares na comunidade para conhecer um pouco da rotina das famílias, conhecer a linha do tempo e como tudo teve início. Logo em seguida foi solicitado a autorização ao presidente da associação dos assentados para que o trabalho fosse executado. após o conhecimento prévio do assentamento e com autorização obtida, a pesquisa teve início.

4.1 Caracterização da área da pesquisa

A pesquisa foi conduzida no Assentamento 24 de abril, zona rural de Acarape-CE no período de setembro a outubro de 2017. O assentamento está localizado a 3 km do centro da cidade. Com 150 moradores divididos em 42 (quarenta e duas) famílias sendo 20 (vinte) assentados e 22 (vinte e dois) agregados que são os parentes dos assentados.

4.2 Caracterização do questionário utilizado

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado contendo 25 (vinte e cinco), perguntas com relação ao assentamento, sobre a história, a luta e desafios para conquistar a terra, o desenvolvimento durante os anos após a conquista e sobre as atividades agrícolas e não agrícolas e suas contribuições para a composição da renda familiar e a permanência no campo.

Foram coletadas informações sobre a história do assentamento em um documento intitulado “Dossiê Sobre o Assentamento 24 de Abril -Boqueirão, Acarape-CE-Brasil”, que tem como autores jornalistas estudantes e pessoas envolvidas na luta pela conquista da terra própria, que conta toda história desde o início das ocupações até a data que esse documento estava sendo confeccionado e assim pode-se fazer um comparativo entre as informações coletadas durante as entrevistas e as informações contidas nesse documento.

4.3 Características dos entrevistados

Os entrevistados foram 20 agricultores familiares residentes no assentamento, todos chefe de família, conseqüentemente maiores de idade, alguns assentados e outros agregados.

4.4 Condução das entrevistas

As entrevistas foram previamente agendadas com os agricultores de tal sorte que não houvesse problemas em seus horários de trabalho. Cada entrevista teve uma duração média de 40 minutos.

4.5 Análise estatística

Os dados coletados foram tabulados e inseridos no programa Excel, onde também foram confeccionadas as Figuras.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da pesquisa assim como já foi citado no capítulo anterior realizou-se a coleta de informações através da aplicação de um questionário semiestruturado, com o objetivo de identificar, conhecer e entender a forma de vida, a luta e desafios dos assentados após a conquista da terra. Para tanto, foram feitas entrevistas com os agricultores. Para Gil (1999, p.128),

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Essa técnica é de suma importância para que se obtenha a confiança e tranquilidade dos entrevistados, de tal modo que se obtenha respostas cada vez mais precisas e que traduzam a realidade daquilo que se deseja avaliar.

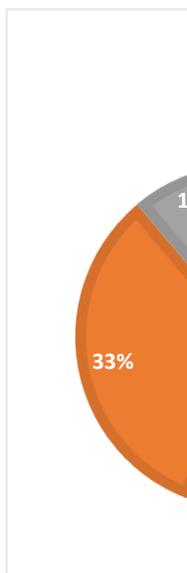
Os dados resultantes da pesquisa foram colocados em Figuras para uma melhor visualização e mostram claramente um diagnóstico dos desafios enfrentados pelos assentados na luta pela terra, bem como a questão das atividades agrícolas e não agrícolas.

Na **Figura.1**, as respostas mostram claramente que o fator principal que motivou os agricultores na luta por suas terras foi o fato de se encontrarem diante de uma situação de exploração por parte do proprietário da terra. Enquanto 33% mencionaram não saber as razões, 11% dos entrevistados mencionaram que a terra encontrava-se improdutiva. Sabe-se que no Brasil quando uma propriedade se encontra no estado de abandono em relação a terra para produzir, os movimentos que buscam a distribuição justa da terra, são informados e assim buscam a ocupação e a sua posterior desapropriação. Entenda-se para o presente caso o que se conhece por propriedade improdutiva.

O imóvel (propriedade rural) considerado improdutivo pelo Incra é aquele que, embora seja agricultável, se encontra total ou parcialmente inexplorado pelo seu ocupante ou proprietário. Nesta condição, torna-se passível de

desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária (INCRA, 2008).

Figura 1. Motivo da luta para aquisição da terra própria



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Na **Figura 1**-mostra a motivação da luta para adquirir terras próprias, 56% dos entrevistados responderam que o proprietário da fazenda explorava seus trabalhadores, através do aumento do valor do pagamento pelo arrendamento da terra, 33% não souberam responder as causas que levaram aos agricultores tomarem a decisão de ocupar as terras, pois estes residiam em outras fazendas e municípios e foram convidados a lutar pela terra própria, 11% mencionaram que a terra encontrava-se improdutiva. Assim como mostra o dossiê do assentamento, Oliveira, *et al.*,(2001),

A maioria dos ocupantes sempre residiu e/ou trabalhava nessas terras, pagando renda de 02 (duas) sacas de produtos por 01 (um) quadro de terra. A partir do ano de 1994, a ordem dos patrões era aumentar a renda para 03 (três) sacas de produtos por 01 (um) quadro de terra. Os próprios trabalhadores convocaram o sindicato para discutir em reunião este problema... A decisão da primeira reunião foi preparar os roçados na marra, à revelia do proprietário, pagando apenas o de costume e apontando já para uma possível ocupação da área, a qual inclusive já havia sido vistoriada há um ano ou dois atrás pelo MST.... Em 1995, na colheita das plantações em

questão, os patrões resolveram colocar animais dentro das plantações dos trabalhadores, antes de retirarem a produção, revoltando a muitos, a ponto de numa reunião decidir-se pelo não pagamento de renda alguma.

Após muitas discussões e sem chegar a um acordo que beneficiasse as duas partes, os agricultores decidiram ocupar a fazenda no início de 1996, onde ocorreram vários conflitos, resultando com a ordem de desapropriação da terra por parte do INCRA, fazendo com que os agricultores ganhassem o título de posse.

Da conquista até os dias atuais os assentados enfrentam desafios a todo momento, seja para conseguir produzir com poucos recursos e para conseguir projetos para serem executados dentro do assentamento, mas sempre buscando melhorias para desenvolver o assentamento e com isso garantir a manutenção da família e a permanência no campo.

Para conseguir a desapropriação de uma propriedade que se encontra improdutiva os agricultores precisam de organização e ajuda de movimentos que estejam ligados a essa luta. A **Figura 2**, mostra por quem os agricultores foram ajudados durante as ocupações para conseguir a terra.

Figura 2. Apoio para aquisição da terra.



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Nesta Figura, as respostas mostram que para a conquista da terra própria, 60% dos agricultores responderam que tiveram apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acarape, representado pelo Sr. Sergio Mesquita que também era membro do Movimento da Liga dos Trabalhadores, e esteve presente desde o início da luta pela terra. Já o apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará, foi mencionado por 13% dos entrevistados, e 27% não souberam responder.

Ao entrevistar o presidente da associação, pode-se verificar que além da ajuda do sindicato do município, os agricultores tiveram ajuda e incentivos de sindicatos dos municípios vizinhos, do Movimento Sem Terra e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE). Assim como outros movimentos que lutam pela distribuição justa da terra o MST é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil e que nasceu da articulação das lutas pela terra (CALDART, 2001). Tão quanto o MST, os sindicatos e a FETRAECE têm papel importante no apoio aos agricultores na luta por seus direitos.

Também foi relatado que os sindicatos junto com representantes da FETRAECE convocaram as pessoas que tinham interesse de participar das reuniões juntamente com os moradores e empregados da fazenda, para o

planejamento da ocupação da propriedade. Os agricultores não receberam instruções e muito menos capacitação sobre a questão de tomar posse da propriedade.

Com a transformação da fazenda em assentamento, foi disponibilizado recurso para a construção das casas e para projetos com o objetivo de produção de hortas e de incrementar a área agricultável da propriedade. Desse modo os assentados com o objetivo de melhorar a produção e desenvolver o assentamento, conseguiram obtenção de recursos junto ao INCRA que foi bem atuante no início com a realização de cursos de capacitação e projetos para os agricultores.

Daí em diante, iniciou-se um grande movimento dentro do assentamento, pois através desses cursos e capacitações, os agricultores tiveram a oportunidade de melhorar a produção, e com esses projetos os assentados conseguiram inicialmente colocar energia elétrica em todas as residências que não possuíam iluminação. Com o projeto de hortas as mulheres tiveram oportunidade de trabalhar e com isso ajudar o esposo na renda familiar. Por sua vez, os jovens tiveram capacitação para a implantação da piscicultura, o que deu a oportunidade de tirá-los da ociosidade, e com isso incentivando-os a permanecer no meio rural e junto com os pais desenvolver o assentamento através da geração de trabalho e renda com venda do que resultava desses projetos.

A **Figura 3**, apresenta os resultados das condições de trabalho após a conquista da terra, onde 60% dos agricultores mencionaram que a condição de trabalho é boa, enquanto 35% consideraram que é regular, e apenas 5% dos entrevistados afirmaram que é excelente. Na realidade, o agricultor quando avalia uma situação dessa natureza, faz com muita cautela e serenidade procurando não exagerar no grau conceitual daquilo que ele acredita que seja excelente ou bom.

Outro ponto a ser levado em conta é que muitas vezes quando se deparam para responder um questionário sobre suas vidas, trabalhos e outros assuntos, sempre apresentam um pouco de desconfiança, o que não pode ser ignorado por quem aplica o questionário. É aí que o olho no olho e a precisão dão o tom do quão verdadeira é a resposta.

Figura 3. Condição de trabalho após a conquista da terra.

Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Todos entrevistados relataram que gostariam de responder que as condições estão excelentes, mas devido a vários problemas e dificuldades que o assentamento está passando nos últimos anos, encontram-se desmotivados, até aqueles mais otimistas. Tal desmotivação é em parte colocado a própria condição de vida que eles têm, sempre relegados a depender de políticas públicas que nem sempre atendem às demandas específicas que eles possuem e a programas e projetos que chegam na forma de pacotes tecnológicos e que não tiveram a participação dos agricultores em sua fase de planejamento. Concordando assim com CARVALHO, (2013),

[...] uma política de crédito/financiamento na época apropriada, pois é possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações, tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, bem como tem interrompido iniciativas e provocado desânimo generalizado. Não se trata apenas de ter a linha de crédito: trata-se de fazer com que o recurso seja liberado na época certa, particularmente no plantio, principalmente em regiões com restrições climáticas.

Segundo os entrevistados essa situação é devido à falta de incentivo por

parte dos órgãos públicos e recursos financeiros para investir na terra. Também foi relatado que a falta de organização e união entre os assentados fez com que muitos projetos não tivessem continuidade, bem como a associação, que não está ativa para conseguir novos projetos, além da situação de falta de uma liderança ativa. Como normalmente não passam por um processo de sensibilização e capacitação e que nem sempre a família e principalmente as mulheres não ficam a par do que acontece, a falta de união, de visão, de valores e de objetivos, leva a uma desagregação que é maléfica para os assentados.

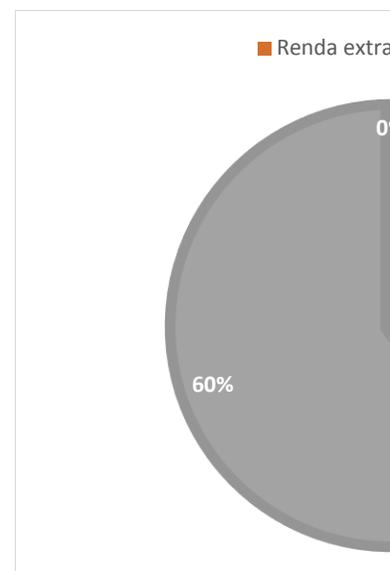
Fica assim evidente o desconhecimento por parte dos assentados sobre a importância do trabalho coletivo. Para, CARVALHO (2013, Apud GÖRGER; STÉDILLE, 1991),

O êxito de uma organização depende da participação e ação coletiva de seus integrantes, analisando situações, decidindo sobre os encaminhamentos e atuando sobre estes em conjunto. "O trabalho coletivo é uma forma de juntar à grande 'riqueza', que é à força de trabalho. Quanto mais força de trabalho juntar, mais 'riqueza' será acumulada. Por isso, existe aquele dizer popular para representar este pensamento: 'unidos somos fortes!'"

Esse tipo de situação faz com que o assentamento estagne em relação a produção, pois não há crescimento nem desenvolvimento, além de favorecer o êxodo rural da população jovem que não tem perspectiva de melhoria no campo, buscando nos grandes centros a oportunidade de trabalho, o que muitas vezes não acontece levando essa juventude a marginalização, ou ao abandono da terra por agricultores que já não conseguem manter a família com a agricultura.

Os assentados que desejam ver o assentamento produzindo em grande escala, fazem sua parte, mas complementam a renda familiar através de atividades não agrícolas. Nos últimos anos tem sido bastante constante esse tipo de organização familiar, onde os agricultores produzem, e geram renda e tem a complementação desta através das atividades não agrícolas. Estas atividades sempre fizeram parte da vida no campo, mas devido às mudanças e transformações ocorridas no meio rural as unidades pluriativas são cada vez mais comuns no campo, mesmo nas propriedades mais distantes dos grandes centros.

Figura 4. Renda das atividades agrícolas.



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Na **Figura 4**, os dados obtidos através das entrevistas mostram que 60% dos entrevistados produzem apenas para o consumo da família e não conseguem renda suficiente com a atividade agrícola, enquanto 40% conseguem obter renda desta atividade. Isso mostra que os assentados precisam de assistência técnica para que o assentamento tenha uma maior rendimento e assim os agricultores possam melhorar sua produção e conseqüentemente aumentar a renda da família e com isso melhorar a qualidade de vida dos agricultores além de desenvolver e movimentar economicamente o assentamento.

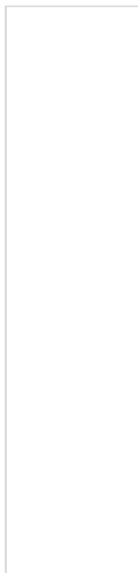
Os resultados obtidos demonstram claramente o que é observado por (JESUS *et al.*,2011),

[...] a atividade não agrícola no meio rural que vem se configurando como um meio de desenvolvimento social e econômico para as famílias, com o objetivo de ampliar o orçamento doméstico a partir de outras atividades que não dependam exclusivamente do campo.

Os agricultores que responderam que a produção é tão somente para consumo, relataram que gostariam de estar produzindo mais e assim obter maior renda, pois venderiam o excedente. Gostariam de estar produzindo em grande volume frutas e verduras, e fornecer para o comércio local, fato este que acrescentaria cada vez mais a renda da família e desenvolveria o assentamento, mas

devido à falta de assistência técnica e sem ter como investir na terra, só conseguem produzir para seu próprio consumo, fato este que deixa muitos agricultores desmotivados.

Figura 5. Agricultores que exercem atividades não agrícolas.



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Na **Figura 5**, 55% dos entrevistados não exercem atividades não agrícolas, enquanto 45% responderam que realizam esse tipo de atividade. O motivo pelo qual os agricultores optaram por realizar esse tipo de atividade, é que como não tem projetos voltados para os assentados, sem assistência técnica e sem financiamento, não conseguem produzir o suficiente para que consigam sustentar a família.

O fato é que aqueles que buscam a suplementação financeira, realizam algum tipo de cultivo, mas complementam a renda através das atividades não agrícolas. Estas tem ajudado a manter o homem no meio rural e tem auxiliado no desenvolvimento do assentamento, como forma de obtenção de renda extra.

Os entrevistados que exercem atividades não agrícolas foram indagados sobre em quais atividades trabalham, sendo mencionadas: a função de doméstica, pedreiros ou servente de pedreiros, trabalho em fábricas de confecções, ou algum tipo de venda dentro do assentamento, todos de maneira informal ou através de

contratos temporários, haja vista que os assentados não podem possuir vínculo empregatício.

Ficou claro o desejo mencionado por todos, que gostariam de trabalhar dentro do assentamento, mas como no momento não existe outra alternativa, buscam trabalhar fora para sustentar a família. Assim também estão os jovens que residem no assentamento, pois não existem projetos voltados para eles e com isso quando saem da escola buscam oportunidades de trabalho fora, pois hoje a maioria trabalha em fábrica de confecções para ajudar os pais com as despesas da casa.

As justificativas acima mencionadas são corroboradas por CARVALHO, (2013 Apud, KAUTSKY 1986) que menciona:

que o pequeno lavrador tem como saída, trabalhar fora de seu lote como forma complementar e adicional, na medida em que precisa suprir suas necessidades no momento em que enfrenta o perigo da escassez de alimentos e outras exigências do lote e da casa, em um momento que sua produção enfrenta dificuldades climáticas ou outros imprevistos.

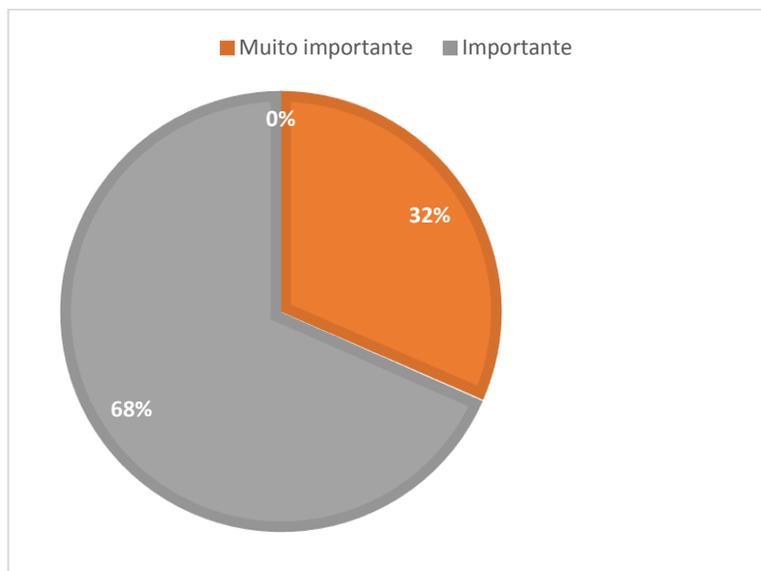
Dando-se prosseguimento a aplicação do questionário, a pergunta seguinte foi se esse tipo de atividade resulta em alguma renda para a família e todos responderam que sim, que essa ação complementa a renda obtida pelas atividades agrícolas, pois o que plantam é para consumo e a renda através das atividades não agrícolas supre o restante das necessidades.

A **Figura 6**, mostra a importância das atividades agrícolas, onde 68% dos entrevistados consideram a agricultura importante e 32% responderam que essa atividade é muito importante em relação a obtenção de renda, haja vista que ela é quem movimenta o campo e coloca o alimento na mesa de muitas famílias. Ao responder, os agricultores comentaram que desejavam que as atividades agrícolas gerassem renda o suficiente para a manutenção da família, mas devido à falta de financiamento e apoio, não era possível produzir como no começo do assentamento pelos motivos já citados. Este fato constatado vai ao encontro das observações de (CARVALHO 2013):

A importância da agricultura familiar como componente do sistema de produção brasileiro, entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva, pois a propriedade é fundada no trabalho pessoal, ao contrário da

agricultura patronal e capitalista, que se baseia na exploração do trabalho assalariado, bem como a composição dos indicadores no meio rural e as limitações desse tipo de metodologia, caracterizada de forma neutra, como roga o preceito positivista de cunho conservador.

Figura 6. Importância das atividades agrícolas.



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Com relação a importância das atividades não agrícolas, a figura 7 mostra que, 13% dos entrevistados responderam que as atividades não agrícolas apresentam grande importância, enquanto 25% consideraram ser de baixa importância e 63% de importância média. As atividades não agrícolas têm papel importante no meio rural, pois através delas o agricultor pode complementar sua renda e com isso, melhorar a qualidade de vida de sua família e ajudar o desenvolvimento de sua comunidade.

Observando as respostas dadas pelos agricultores, verificou-se que aqueles que responderam que tem importância alta são os que dependem dessas atividades para manter o sustento da família com a complementação de renda e cultivam apenas no quintal de sua propriedade para consumo. Os que responderam que as atividades não agrícolas têm importância são aqueles que exercem esta atividade e complementam renda de outras formas para sustentar a família e manter um padrão de renda mínima que proporcione boa qualidade de vida.

A multifuncionalidade da propriedade rural permite que sejam desenvolvidas muitas atividades que podem ser agrícolas ou não, que precisam ser planejadas de acordo com a disponibilidade de recursos humanos, materiais, financeiros e principalmente naturais. Muitas vezes os recursos financeiros são provenientes da pluriatividade desenvolvida pelos componentes da família que compõe a empresa familiar rural (SIMÕES 2008).

Figura 7. Qual a importância das atividades não agrícolas para a família?



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Se o trabalho fora do sítio familiar se impõe como uma necessidade para complementar a renda ou para encaminhar profissionalmente os filhos, ele não é percebido em contradição com as atividades agrícolas, porém, de modo articulado a essas, sob a forma de um sistema de atividades familiar, sobre o que muito ainda há a compreender (DELGADO e BERGAMASCO, 2017). Ressalte-se que para a agricultura familiar, esta situação é praticamente a regra no meio rural, pois cada vez mais o comércio e a industrialização geram mais campos de trabalho do que a agricultura. A realidade que se observa, que no contexto da agricultura familiar é condição básica de se buscar complementar a renda com atividades não agrícolas.

Os fatos observados durante a aplicação da pesquisa vão ao encontro de (SCHNEIDER 2009):

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

Figura 8. Famílias que dispõem de financiamento.



Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Na **Figura 8**, observa-se que 90% das famílias não possuem financiamento para investir na terra, fazendo suas lavouras com recursos oriundos das atividades não agrícolas e com a renda obtida das atividades agrícolas. Os assentados além de enfrentar problemas como a falta de assistência, seja técnica ou saúde, entre outras dificuldades, não possuem financiamento para investir na terra, produzindo assim apenas o suficiente para seu consumo.

A primeira delas é uma política de crédito/financiamento na época apropriada, pois é possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações, tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, bem como tem interrompido iniciativas e provocado desânimo generalizado

(CARVALHO, 2013).

Para aumentar o desenvolvimento e a produção dentro do assentamento as famílias que vivem nele, necessitam de assistência e recursos para investir na terra e ter maior produtividade, isso se consegue através da união e organização das famílias. Apesar de aparentemente parecer uma situação de “causa e consequência”, o que se apresenta é também uma aparente situação de comodismo por parte dos assentados, fato este muito comum nas famílias que depois de obterem a posse da terra adotarem esse status de vida.

Além do comodismo visível, e um desânimo generalizado por parte dos assentados muitos, não buscam financiamentos por não quererem cumprir normas que regem as condições para obtê-los.

É importante apresentar os fundamentos legais, constitucionais e normativos direcionados ao crédito rural, que visam ao desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente, melhorias nas condições de vida para a agricultura familiar, a fim de que esta seja beneficiada com as aquisições e benfeitorias amparadas por financiamentos (AGUIAR, 2011).

A **Figura 9**, mostra a origem da renda das famílias entrevistadas, onde 26% dos entrevistados possuem renda oriunda das atividades agrícolas, o mesmo percentual se verifica para atividades não agrícolas, enquanto 16% responderam que a renda vem das atividades agrícolas em conjunto com as não agrícolas. A renda obtida da aposentadoria mostrou o mesmo valor. A renda através das atividades agrícolas em conjunto com aposentadoria foi mencionada por 11% dos entrevistados e 5% a renda obtida é através das atividades não agrícolas em conjunto com a aposentadoria.



Figura 9. Origem da renda familiar.

Fonte: Pastor, M. S., 2017.

As respostas demonstram claramente que a renda das famílias que vivem no campo são obtidas através das atividades agrícolas e complementadas através das atividades não agrícolas, fortalecendo os estudos que demonstram que esse tipo de conformação familiar tem sido cada vez mais frequente no meio rural, onde os agricultores adaptando-se as transformações ocorridas no meio rural, buscam formas de melhorar e aumentar a renda da família seja realizando atividades agrícolas ou não agrícolas dentro ou fora da propriedade. Assim como afirma (SHCNEIDER, 2009).

Seja como for, os estudos até aqui realizados sobre pluriatividade permitem concluir que se trata de um fenômeno estável e diversificado que, embora exista desde longo tempo no meio rural, apenas recentemente passou a ser estudado sob esta denominação. Também já se sabe que se trata de uma estratégia de reprodução social das famílias rurais, que recorrem às atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida), não sendo a pobreza o único fator determinante.

Este fato demonstra que as famílias vivem das duas atividades, fato este muito evidente quando os entrevistados que responderam que dependiam das atividades agrícolas comentavam que sempre que conseguiam outro trabalho, tratavam logo de ganhar renda extra trabalhando, pois não dá para sobreviver

apenas da agricultura, mas como a única renda certa era da agricultura colocasse essa resposta.

Em trabalho realizado em assentamentos, (CARVALHO 2013), mostra e comprova esse tipo de conformação de renda familiar ao afirmar que o titular da família trabalha no próprio lote mas que exercem atividades fora do assentamento, e que a renda é derivada desse tipo de atividade, seja em atividades agrícolas e não agrícolas, e que esse cenário é devido a relação de trabalho precária do meio rural, com falta de assistência e incentivos para os agricultores.

Os moradores foram questionados sobre o que poderia ser melhorado dentro do assentamento, e as respostas foram diversas como assistência à saúde, presença do INCRA, assistência técnica, trator, investimentos, projetos, trabalho para todos, e o mais comentado foi a união entre os assentados para trabalhar em coletivo e assim conseguir desenvolver o assentamento.

Sobre assistência de algum agrônomo ou veterinário, hoje o assentamento não recebe esse acompanhamento, apenas no início os moradores recebiam essa assistência. É a reclamação mais frequente pelos moradores a falta de assistência e acompanhamento tanto para a produção animal como em relação a produção vegetal.

A juventude também sofre com a falta de assistência, pois não existem projetos voltados para essa classe, e alguns trabalham na agricultura junto com os pais, outros trabalham fora, enquanto a minoria estuda para conseguir um trabalho fora da agricultura.

Um motivo indicado pelos assentados para o abandono do campo por parte dos jovens é a necessidade de produzirem e ganharem seu próprio dinheiro, seja para ajudar a compor a renda insuficiente dos pais, ou para consumo próprio (CARVALHO 2013).

Foi observado que o grande anseio da população em questão é o desenvolvimento e crescimento do assentamento, mas que precisam se unir para conseguir projetos que gerem renda para as famílias assim como aconteceu no início do assentamento com projetos de hortas, piscicultura, criação de aves, ovinos,

caprinos, bovinos, entre outros projetos que não deram continuidade pela falta de união e organização das famílias. Estas demandas apresentadas confirmam-se nas observações de CARVALHO (2013, *apud* FERNANDES, 2006),

[...] em diversos casos, a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, eletrificação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, apoio creditício e comercial) que pode facilitar o sucesso dos assentamentos. Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse de terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores enquanto produtores agrícolas

Tabela 1. Resumo das respostas sobre como está o assentamento na visão do entrevistado e com gostaria que estivesse.

COMO ESTÁ O ASSENTAMENTO HOJE NA SUA VISÃO?	COMO GOSTARIA QUE ESTIVESSE?
Falta assistência técnica.	Voltassem as reuniões e projetos para a geração de renda.
Não tem geração de emprego.	Geração de emprego e renda.
Falta de união	Com mais união e trabalhos coletivos para desenvolver o assentamento.
Abandonado pelos governantes.	Voltassem os projetos, (frango e peixe), pra gerar renda para as famílias.
Não acontece mais trabalhos coletivos.	Desenvolvido. Com escola, posto de saúde, assistência técnica. Produzindo em grande escala.

Fonte: Pastor, M. S., 2017.

Pode-se verificar através das respostas obtidas sobre esse último questionamento, muitos moradores querem que o assentamento esteja melhor, ou gostaria que estivesse melhor em relação a trabalho, projetos, algo que desenvolva o assentamento e incentive os jovens a permanecer no campo. Tais fatos se justificam e

estão de acordo com o pensamento de BERGAMASCO, (1997, *apud* BERGAMASCO e NORDER, 1996),

Algumas informações permitem identificar a persistência de graves problemas sociais ainda sem equacionamento. Isso reafirma que “a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio crédito e comercial).

Isso identifica a importância de um acompanhamento e apoio aos assentados mesmo após a conquista da terra, pois não é apenas para a questão da terra em si, mas de infraestrutura, de assistências, em todos os sentidos para que os assentados tenham dignidade e todos seus direitos reservados e cumpridos.

Esses dados mostram que depois da conquista da terra os agricultores têm segurança em relação a moradia e onde trabalhar, mas não em relação as necessidades básicas como assistência à saúde, acesso à escola dentro do assentamento e assistência técnica, com isso dificultando o desenvolvimento e crescimento do assentamento, causando desamino em alguns, e com isso levando ao comodismo. Para tal problema foi citado a importância de uma liderança ativa para movimentar e colocar o assentamento em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Ficou claramente demonstrado que as atividades não agrícolas continuam cada vez mais presentes no meio rural como forma de complementação de renda, haja vista que a renda obtida com a produção agrícola, afora comprometimento com anos de estiagem, tem inúmeros fatores contribuindo para que ela seja cada vez menos no assentamento 24 de abril.

Em consequência da falta de assistência técnica, verifica-se que o individualismo é a regra em se tratando das ações e o coletivo quase nunca é levado em consideração para o setor produtivo.

Quanto os programas de financiamento de políticas públicas existem, porém por falta de uma ação da associação ou até mesmo por falta da assistência técnica, não se elaboram projetos para esses programas.

Tendo em vista os dados observados através da coleta de informações, pode-se concluir que os Assentados enfrentam muitas dificuldades em busca do desenvolvimento do assentamento, mas é necessário que os mesmos saiam do comodismo que vivem atualmente e se movimentem em busca de tal desenvolvimento.

Durante as entrevistas foi citado sobre uma possibilidade de mudança através de uma nova liderança mais ativa, e com isso a retomada da Associação dos Assentados do Assentamento 24 de Abril, pois através desta conseguiu-se muitos projetos em seu início.

Outra sugestão é a criação de uma outra associação para os agregados que são os filhos dos assentados, que não são beneficiados com projetos, pois só podem ser incluídos os assentados, com isso diminuiria a saída dos jovens para trabalhar fora.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Mônica Queiroz Fernandes **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental**, Goiânia, 2011.

ALVES, Maria Odete, JUNIOR, Airton Saboya Valente. **Perfil das atividades não-agrícolas no rural do Pólo de Desenvolvimento de agronegócios Baixo Jaguaribe: resultados preliminares**.2003.

ANDRADE, Daniel Cardoso de **Estruturas produtivas nos assentamentos de Reforma Agrária: histórico, avanços e limites observados**. Florianópolis, 2015.

ANTUNES, Dalea soares. **Características da agricultura familiar**.

BALSADI, Otavio Valentim. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 15(1) 2001

BARBOSA Gisele Silva, **O desafio do desenvolvimento sustentável**, Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Avançados, 11 (31), 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa, DELGADO, Guilherme. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. 2017.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, 15 (43), 2001.

CÂNDIDA, Ana Claudia; BORGES, ADAIRLEI A. da Silva; SANTOS, Helaine M. N. dos, **Novas atividades agrícolas e não agrícolas no município de Araguari-MG**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p.112-125, 2010.

CARVALHO, Livia Hernandes **As condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de Reforma Agrária**. 2013.

CHAER, Galdino, DINIZ, Rafael Rosa Pereira, RIBEIRO, Elisa Antônia **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Debatendo o conceito de Reforma Agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil**, revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago., 2013.

CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Z. da, CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. **Atividades Não-Agrícolas no Brasil Rural**.

DELFINI, Solange Tola, OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Agricultura familiar e empreendedorismo: análise e avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais (PROJOVEM)** Rev. Ceres, Viçosa, v. 56, n.6, p. 719-729, nov/dez, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FIALHO, Marcos Antônio. **Agricultura familiar e as rendas não agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre: Um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos Ivoti-RS**. Porto Alegre. UFRS. 2000.

FLORES, Escobar Ana Luiza, Froëhlich José Marcos. **A contribuição das atividades não agrícolas nos assentamentos de Reforma Agrária da região Central do RS**.

FONSECA, Wéverson Lima FONSECA, Wéverton José Lima, et, al. **Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste Brasileiro**. Nucleus, v.12, n.1, abr.2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, (p. 41- 44- 45- 54-55). 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas. (p. 144). 2008.

GROSSI, Mauro Eduardo Del, SILVA, José Graziano da. **Ocupações e rendas rurais no Brasil**.

JESUS, Elaine de Araújo; OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; Silva, José Adailton Barroso da. **Estratégias não agrícolas da agricultura familiar: Uma perspectiva de permanência no campo**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais. Aracaju. v. 13. n.13. (p. 71-81). jan./jun. 2011.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero. **Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais** Marco. Universidade Federal da Paraíba AGRÁRIA, São Paulo, No. 14, 2011.

LIRA, Raniere Barbosa, DIAS, Nildo da Silva, PORTO, Vania Christina Nascimento, ALVES, Sandra Maria Campos; SOUSA NETO, Osvaldo Nogueira de. **Avaliação Econômica das Atividades Agrícolas e não Agrícolas no projeto de Assentamento Moacir Lucena no Município de Apodi – RN**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza -CE – 12 a 16/12/2011.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. de. **Reforma Agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 3, p. 523-551, set. 2007.

MARTINS, Fabíola Mendes. **A gestão eficiente e sustentável da propriedade rural familiar, em Laguna (Sc)**.

MENEZES, Marilda Aparecida de, STROPASOLAS Valmir Luiz, BARCELLOS Sergio Botton BARCELLO. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1, 2014.

NEY, Vanuza Da Silva Pereira. **Atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural do Estado do Rio De Janeiro**.2010.

NETO, Benedito Silva. **Agricultura e desenvolvimento de atividades não agrícolas em municípios rurais: uma análise da dinâmica macroeconômica de Coronel Barros-RS Benedito**. Porto Alegre, v. 32, n. 3, 177-200, nov. 2004.

OLIVEIRA, Klycia. Fontenele, Et al, **Dossiê Sobre o Assentamento 24 de Abril Boqueirão, Acarape-CE-Brasil**, 2001.

PIRES, José Antônio Simões; SPRCIGO, Gisele. **O conceito da pluriatividade na agricultura família**. UNISINOS, São Leopoldo.RS. 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. RBCS Vol. 18 nº. 51, (p,100).2003.

SCHNEIDER, Sergio **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. FORO, v 1, p132- 161. 2009.

SILVA, José Ribeiro da, JESUS Paulo de. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil**, Alagoas.2010.

URSULINO, Ana Cristina Azevedo. **Guia de normalização de atividades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará**. 2012.

